

ESCALA DE ABANDONO APRENDIDO (EAA) REVISITADA: ESTUDO NO CONTEXTO PRISIONAL DO NORTE DE PORTUGAL

Nelson Lima Santos

Mestre Assistente - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UFP)
limasant@ufp.pt

Ana Paula Lima

Licenciada em Psicologia Social e do Trabalho (UFP)
Mestranda em Educação Social (Universidade Portucalense)
martinslimap@hotmail.com

Luísa Faria

Professora Associada com Agregação - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (UP)
lfaria@fpce.up.pt

Resumo

A "Escala de Abandono Aprendido", já utilizada num contexto social carenciado do Porto, foi agora usada em contexto prisional, visando prosseguir a sua validação, tendo voltado a revelar bons índices de validade, fidelidade e sensibilidade.

As análises diferenciais evidenciam, ao contrário do esperado, que os reclusos de nível sócio-económico alto e médio-alto, bem como os que desempenhavam actividades profissionais antes da detenção e durante a mesma, apresentam níveis de abandono aprendido superiores, resultados estes que exigem aprofundamento em estudos futuros.

Abstract

Learned Helplessness Scale revisited: Study in the imprisonment context of the North of Portugal - The *Learned Helplessness Scale* has already been used in an impoverished district of Porto city, and we used it now in the imprisonment context, in order to pursue its validation, which has shown good values of validity, reliability, and sensitivity.

The differential analyses reveal, contrarily to the expectations, that higher and middle-higher socio economic statuses' subjects, as well as those that worked before and during the detention period, present higher learned helplessness, being important to explore these results in further studies.

1. INTRODUÇÃO

O abandono aprendido (AA), como síndrome, é consequência da adopção de um padrão atribucional específico na análise de acontecimentos negativos, traduzindo-se quer pela inibição da acção, para evitar tais acontecimentos, quer por sentimentos de desânimo (Faria, 1990, p. 27). Este *estilo ou padrão atribucional*, presente no modelo reformulado do abandono aprendido, configura um conjunto, consistente e negativo, de explicações para os acontecimentos negativos e incontroláveis, concretizando-se em atribuições dos acontecimentos a factores da pessoa – em vez do meio –, a aspectos globais – em vez de específicos ou particulares – e a condições que permanecem no tempo – em vez de variarem com este (Abramson, Seligman & Teasdale, 1978; Peterson & Seligman, 1984): “Na verdade, verifica-se que no modelo reformulado são realçados os processos cognitivos envolvidos na situação de abandono, não sendo necessário que o sujeito vivencie, de forma sucessiva, eventos negativos para desenvolver abandono: é suficiente que tenha a expectativa de que esses eventos serão incontroláveis” (Lima Santos, Ribeiro & Faria, 2003, p. 78).

Ora, no contexto prisional, o síndrome do abandono aprendido poderá ser responsável por fracassos ao nível da reabilitação, nomeadamente porque factores intra-penitenciários, como os processos de adaptação à instituição e às actividades aí desenvolvidas podem contribuir para esse fracasso, uma vez que, por um lado, se assiste com frequência ao abandono destas actividades e, por outro lado, o próprio contexto conjuga uma série de variáveis que podem levar à instalação do síndrome: de facto, o sobrepopoamento, que afecta o relacionamento interpessoal, as características físicas do estabelecimento prisional (*design* arquitectónico) e as diferenças individuais, como o sexo, o *locus* de controlo, os estilos de *coping*, a personalidade e o tipo de cultura formal e informal dentro do estabelecimento (Gonçalves & Vieira, 1995) poderão facilitar e, até, fomentar, a emergência deste síndrome entre os reclusos.

Portanto, investigar nesta área deverá constituir o primeiro passo para intervir, agindo no sentido de facilitar e promover o processo de reintegração social, nomeadamente pela detecção e intervenção sobre padrões atribucionais debilitantes que podem conduzir o recluso ao desânimo e, conseqüentemente, ao abandono de actividades produtivas, ao isolamento e, até, à reincidência. Na verdade, a população prisional está a modificar-se, sendo notório um aumento de crimes relacionados com a droga e de crimes mais violentos, que implicam penas cada vez mais pesadas e conduzem a um prolongamento do tempo de permanência na prisão. Por sua vez, as condições das prisões tendem a degradar-se, logo, é urgente um trabalho conjunto que englobe a formação profissional do pessoal penitenciário, o incremento de intervenções em meio prisional e estudos visando melhorar o tratamento penitenciário, no sentido da (re)educação e desenvolvimento pessoal, social e profissional dos reclusos.

Neste quadro, consideramos ser importante desenvolver, no contexto prisional, estudos no domínio do abandono aprendido, pois este síndrome pode ajudar a compreender o comportamento dos indivíduos nas áreas *motivacional* – quando cessam os esforços para mudar o resultado –, *cognitiva* – quando não são aprendidas respostas novas que poderiam provocar alterações nos resultados aversivos –, e *emocional* – quando a depressão e a desistência se instalam (Naidoo & Pretorius, 2006).

Assim, o objectivo geral deste trabalho é o de prosseguir o estudo de validação da “Escala de Abandono Aprendido”, adaptada por Lima Santos e Ribeiro (1999), agora num contexto

específico – o prisional –, explorando, também e mais especificamente, formas de prever comportamentos de risco, como contributo e apoio a novos modelos de intervenção, que promovam políticas de acolhimento, de (re)educação, de desenvolvimento e de integração social no futuro dos reclusos de estabelecimentos prisionais do nosso país, fundadas na intervenção multidisciplinar de vários técnicos, particularmente de psicólogos.

2. MÉTODO

2.1. AMOSTRA

Participaram neste estudo 136 reclusos – escolhidos aleatoriamente dos Estabelecimentos Prisionais de Paços de Ferreira e de Felgueiras –, a maioria dos quais do sexo masculino (70,6%), sendo de referir que a subrepresentação feminina (29,4%) desta amostra traduz a realidade do universo prisional português (Direcção Geral dos Serviços Prisionais, 2000, *in* Torres & Gomes 2002).

A classe modal relativa à idade situa-se no escalão etário dos 31 aos 40 anos (36,8%), tendo a maioria dos reclusos uma idade inferior a 41 anos (72,1%). No que se refere ao nível sócio-económico (NSE), é possível concluir que a maioria dos reclusos provém do NSE Médio-baixo (40,4%), seguindo-se o NSE Baixo (28,7%), o NSE Médio (18,4%) e, finalmente, os NSE Alto e Médio-alto (12,5%). Quanto ao estado civil, os solteiros são a maioria (40,4%), seguindo-se os casados (25,7%), os divorciados (19,9%), os em união de facto (9,6%) e, finalmente, a categoria menos representada, os viúvos (4,4%).

O nível de escolaridade dos reclusos é baixo, pois 32,4 % apenas concluíram o 4º ano e 41,2% o 6º ano. Quanto a outros níveis de escolaridade, as percentagens são baixas: 10,3% têm o 9º ano, 11,0% o 12º ano e apenas 5,1% frequentaram o ensino superior. Refira-se que o baixo nível de escolaridade pode estar relacionado com as elevadas taxas de insucesso e de abandono precoce do sistema educativo que se observam em Portugal, particularmente em meios mais desfavorecidos (Torres & Gomes, 2002).

Destaca-se, ainda, a elevada expressão percentual de reclusos que trabalham por conta de outrem (40,4%), seguindo-se os que trabalham por conta própria (37,5%). Salienta-se, também, o facto da maioria (77,9%) dos sujeitos ter desempenhado uma actividade profissional antes da reclusão. Já relativamente às actividades durante a detenção, salienta-se o facto da maioria dos reclusos (82,3%) ter uma actividade dentro do estabelecimento prisional e de apenas 15,4% dos participantes se encontrarem sem actividade.

A propósito dos antecedentes criminais dos reclusos, salienta-se que a maioria cumpre pena de prisão pela primeira vez (59,6%), enquanto que 33,1% são reincidentes 2 ou 3 vezes, 3,7% são reincidentes 4 ou 5 vezes e 3,7% são reincidentes mais de 5 vezes. Quanto aos factos subjacentes à pena de prisão, verifica-se que 53,7% dos reclusos estão detidos por tráfico de estupefacientes, seguindo-se os crimes contra pessoas (23,5%), estatísticas estas que corroboram as do Ministério da Justiça (1998, *in* Dóres, 2003), as quais também evidenciam o aumento exponencial do número de reclusos (de 5 para 9 milhares, só no ano de 1998).

A maioria dos reclusos (56,6%) está a cumprir pena acima de 5 anos e inferior a 10 anos, enquanto que 19,9% dos reclusos cumpre pena até 5 anos, 15,4% entre 11 e 15 anos e 8,1%

está a cumprir uma pena superior a 15 anos. Já no que concerne às medidas de flexibilização da pena, 61% dos reclusos não beneficiaram de qualquer medida de flexibilização, 22,1% beneficiaram de saídas precárias, 15,4% de regime aberto voltado para o interior (R.A.V.I.) e 1,5% de regime aberto voltado para o exterior (R.A.V.E.).

Por fim, quanto ao apoio sócio-familiar recebido, verifica-se que a maioria dos reclusos (89,6%) tem visita de familiares, amigos e outras pessoas (como, por exemplo, o advogado), estando sem qualquer visita 10,3% dos reclusos.

2.2. INSTRUMENTOS

O instrumento utilizado, construído no quadro do modelo reformulado do abandono aprendido, foi a “Escala de Abandono Aprendido” (EAA), traduzida e adaptada para o contexto português por Lima Santos e Ribeiro (1999), a partir da *Learned Helplessness Scale* de Quinless e Mcdermott (1988), posteriormente publicada por Lima Santos, Ribeiro e Faria (2002). A escala apresenta 20 itens, cujo formato de resposta é uma escala de tipo *Likert* de 4 pontos, variando entre “Concordo Totalmente” (4 pontos) e “Discordo Totalmente” (1 ponto), pelo que quanto maior for o valor assinalado pelos sujeitos maior será o abandono aprendido apresentado.

Na investigação concretizada por Lima Santos, Ribeiro e Faria (2002), a EAA apresentou boas qualidades psicométricas, salientando-se que:

- (i) o estudo de fidelidade foi realizado através do *alpha* de Cronbach, revelando um valor elevado (0,97), superior ao da versão original, verificando-se, também, fortes correlações dos itens com a escala total, o que revela a homogeneidade da escala;
- (ii) no estudo da validade, através da análise factorial, sem pré-definição do número de factores e após rotação *varimax*, emergiu uma solução unifactorial, que explica 65,4% da variância total dos resultados;
- (iii) e, por fim, o estudo da sensibilidade e do poder discriminativo revelou bons indicadores, não pondo em causa a distribuição normal dos resultados, sendo a escolha pelas várias opções relativamente equilibrada, com a excepção da alternativa “concordo totalmente”, que é a menos escolhida pelos sujeitos.

Para o presente estudo foi, ainda, construído um Questionário Sócio-Demográfico (QSD), que foi administrado em conjunto com a “Escala de Abandono Aprendido”, e que permitiu caracterizar a amostra, como já se referiu.

Finalmente, saliente-se que o QSD e a EAA foram submetidos, numa primeira fase, a um pré-teste com reflexão falada, realizada com 10 sujeitos de ambos os estabelecimentos prisionais, de baixo nível de qualificação profissional e de baixa escolaridade (4ª classe). Os questionários foram administrados em pequeno grupo, nas próprias instituições, e a reflexão falada teve uma duração média de 15 minutos. Esta reflexão originou algumas alterações no QSD e melhorias no aspecto gráfico da EAA.

2.3. PROCEDIMENTO

A população em análise é de difícil acesso. Por tal motivo, foi necessária uma autorização por parte da Direcção Geral dos Serviços Prisionais para se trabalhar no Estabelecimento Prisional de Felgueiras (EPF), enquanto que no Estabelecimento Prisional de Paços de Ferrei-

ra (EPPF), em virtude de um dos autores ter colaborado neste estabelecimento, foi apenas necessária a autorização verbal por parte do Director.

Para maior comodidade, a Direcção do EPPF disponibilizou salas de aulas, durante o horário da manhã, para a administração dos questionários aos reclusos. Já a Direcção do EPF disponibilizou o pátio onde habitualmente se juntam as reclusas, colocando aí mesas para o efeito. Foi ainda possível contar com a ajuda da Psicóloga no local, que no dia anterior à nossa visita preparou as reclusas no sentido de se reunirem no dia e hora combinados, o que facilitou o trabalho, uma vez que só se encontravam no local as pessoas que voluntariamente se ofereceram para colaborar.

No entanto, apesar dos reclusos, em ambos os estabelecimentos prisionais, saberem que a sua colaboração era voluntária, ainda nos deparámos com um número significativo de recusas e de questionários que tivemos que inutilizar, sem que a representatividade da amostra fosse afectada. A este propósito, deve-se referir que o meio prisional é um contexto específico e com características particulares, de tal modo que as desconfianças e resistências, que habitualmente surgem em situação de administração de questionários, assumem aqui maior dimensão, daí ter sido necessário, no momento da administração, começar por assegurar com clareza o carácter anónimo e confidencial das respostas: salienta-se que, para tal, foi preparada uma caixa, fechada à vista de todos, onde os reclusos depositariam os questionários, após o seu preenchimento, pela ordem que entendessem. Só depois foram apresentados os objectivos do estudo e as instruções de preenchimento dos instrumentos. Este modo de proceder foi fundamental para a adesão dos participantes, permitindo ultrapassar eventuais resistências à sua colaboração voluntária.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1. VALIDADE

Procedeu-se à realização de uma análise factorial, tendo-se obtido um indicador *Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy* (KMO) de 0,90, o que significa que a análise factorial em componentes principais pode ser feita, pois, de acordo com Pereira (1999), o instrumento tem muito boa adequabilidade (KMO entre 0,90 e 1,0).

Assim, considerando os resultados previamente obtidos para a versão americana e para a versão portuguesa, experimentaram-se, sucessivamente, várias soluções factoriais (5, 4, 3 e 2 factores), tendo-se obtido sempre estruturas não interpretáveis à luz do quadro conceptual do abandono aprendido, pelo que se optou por uma análise factorial com pré-determinação de um factor, tendo sido encontrada uma estrutura factorial (Quadro 1) semelhante à de Lima Santos, Faria e Ribeiro (2002), o que vem corroborar os estudos de Sterling, Gottheil, Weinstein, Lundy e Serota (1996), que questionaram a multidimensionalidade da *Learned Helplessness Scale*, logo, os presentes resultados apoiam a sua unidimensionalidade, mas explicam apenas 37,2% da variância total dos resultados.

Ou seja, esta solução explica uma percentagem de variância muito inferior à do primeiro estudo português, sendo, no entanto, a mais aceitável, uma vez que nas outras soluções testadas obtivemos sempre estruturas não interpretáveis à luz das dimensões teóricas do abandono aprendido.

Quadro 1 - Estrutura factorial da EAA (pré-determinação de um factor).

Item	Factor 1	Comunalidade
6	0,771	0,595
14	0,734	0,539
13	0,706	0,498
19	0,696	0,379
10	0,690	0,476
8	0,674	0,454
7	0,667	0,445
11	0,665	0,492
9	0,661	0,437
15	0,646	0,418
16	0,630	0,396
5	0,619	0,383
1	0,604	0,365
18	0,589	0,347
17	0,573	0,328
3	0,558	0,311
2	0,537	0,289
12	0,428	0,183
20	0,376	0,141
4	0,065	0,004
Valor Próprio 7,43		
% Var. Total 37,15		

3.2. FIDELIDADE

A consistência interna foi estudada através do *alpha* de Cronbach, tendo-se obtido um *alpha* de 0,90, ou seja, inferior ao da versão portuguesa (0,97), mas ainda assim satisfatório, sendo de salientar que foram observadas fortes correlações entre os itens e o total, o que também suporta a homogeneidade da escala (Quadro 2).

3.3. SENSIBILIDADE E PODER DISCRIMINATIVO

O questionário revela uma sensibilidade adequada, uma vez que os valores da média e da mediana se encontram satisfatoriamente próximos, os valores de assimetria estão entre o intervalo [-2,2] e a diferença entre o valor mínimo e o valor máximo atingidos assegura uma boa dispersão dos resultados (Quadro 3).

A partir do cálculo das percentagens de escolha das várias alternativas de resposta pelos sujeitos (Quadro 4), foi avaliado o poder discriminativo dos itens, cuja análise poderá fornecer dados acerca de possíveis tendências ou viés nas respostas: como se pode observar, verifica-se que a alternativa de resposta "Concordo Totalmente" é a menos escolhida, sendo a escolha das outras opções relativamente equilibrada.

Quadro 2 - Valores de alpha e correlações item-total da EAA

Item	Alpha se item eliminado	Correlação item-total
1	0,897	0,552
2	0,899	0,480
3	0,899	0,487
4	0,909	0,065
5	0,897	0,560
6	0,893	0,710
7	0,896	0,598
8	0,895	0,628
9	0,896	0,589
10	0,894	0,633
11	0,895	0,611
12	0,901	0,388
13	0,894	0,642
14	0,894	0,668
15	0,896	0,577
16	0,896	0,565
17	0,897	0,535
18	0,897	0,529
19	0,896	0,564
20	0,903	0,323
<i>Alpha total 0,902</i>		

Mais ainda, tal como no estudo de Lima Santos, Ribeiro e Faria (2002), os sujeitos evitam a escolha de alternativas de resposta que indicam a presença de abandono aprendido com maior intensidade (3+4), escolhendo com maior frequência as respostas que o indicam com menor intensidade (1+2). Contudo, o item 4 (" Não me coloco em situações de que eu não possa prever os resultados") e o item 18 ("Por mais que tente, parece que as coisas nunca serão como eu desejo"), constituem excepções, pois são os itens em que predominam as escolhas de alternativas de resposta que indicam elevado abandono aprendido (3+4), apresentando uma taxa de escolhas de 61,0% e 58,8%, respectivamente.

Quadro 3 - Estatísticas descritivas da EAA

N	Média	Mediana	D.P.	Assimetria	Curtose	Mínimo	Máximo
136	43,8	42,0	10,84	0,84	1,25	21	80

3.4. VALIDADE EMPÍRICA – ESTUDOS DIFERENCIAIS

Para testar a validade empírica foram realizados estudos diferenciais, cujos resultados foram comparados com os obtidos anteriormente, quer no contexto português, quer no contexto norte-americano.

Quadro 4 - Percentagens de escolha de cada alternativa de resposta e totais para alternativas de menor e de maior intensidade.

% Escolha das Alternativas de Resposta						
Itens	1	2	(1+2)	3	4	(3+4)
1	30,9	35,3	75,2	22,1	11,8	33,9
2	25,0	36,0	61,0	23,5	15,4	38,9
3	24,3	39,0	63,3	25,7	11,0	36,7
4	8,1	30,9	39,0	42,6	18,4	61,0
5	26,5	39,0	65,5	24,3	10,3	34,6
6	37,5	42,6	80,1	14,0	5,9	19,9
7	33,8	44,1	77,9	15,4	6,6	22,0
8	27,2	36,8	64,0	26,5	9,0	35,5
9	27,2	46,3	73,5	22,8	3,7	26,5
10	30,1	42,6	72,7	15,4	11,8	27,2
11	22,1	42,6	64,7	27,2	8,1	35,3
12	19,1	30,9	50,0	39,0	11,0	50,0
13	25,7	44,1	69,8	20,6	9,6	30,2
14	37,5	41,2	78,7	14,0	7,4	21,4
15	34,6	39,0	76,6	20,6	5,9	26,5
16	42,6	39,7	82,3	9,6	8,1	17,7
17	18,4	33,1	51,5	35,3	13,2	48,5
18	8,1	33,1	41,2	40,4	18,4	58,8
19	25,7	48,5	74,2	15,4	10,3	25,7
20	19,1	39,7	58,8	25,0	16,2	41,2

LEGENDA: 1 - "Discordo Totalmente"; 2 - "Discordo"; (1+2) - "Total de Discordâncias"; 3 "Concordo"; 4 - "Concordo Totalmente"; (3+4) - "Total de Concordâncias".

Assim, utilizou-se o *t-test*, para amostras independentes, para o estudo das diferenças em variáveis com duas categorias (sexo) e a ANOVA para o estudo das diferenças em variáveis com mais de duas categorias (idade, NSE, atividades profissionais antes da detenção e atividades durante a reclusão). Para a ANOVA utilizou-se ainda o *Fisher's Least Significant Difference (LSD)* como teste *post-hoc*, para uma análise mais aprofundada das diferenças significativas entre três ou mais grupos.

3.4.1. EM FUNÇÃO DO SEXO

No que se refere à variável sexo, não foram encontradas diferenças significativas no abandono aprendido ($t = 0,80$, $gl = 134$, $p < 0,47$).

Estes resultados revelam que, neste contexto de reclusão, homens e mulheres têm níveis semelhantes de abandono aprendido, contrariamente ao que acontece noutros contextos sociais (Lima Santos, Ribeiro & Faria, 2003), nos quais homens e mulheres exibem padrões atribucionais diferenciados, apontando para uma maior vulnerabilidade da mulher relativamente ao abandono aprendido, nomeadamente por influência do baixo estatuto social e do baixo poder do género feminino (Faria, 1997) e, até, pelo modo de interpretar os seus sucessos e fracassos, pois tendencialmente as mulheres maximizam os efeitos negativos dos fracassos e tendem a atribuir os seus sucessos à influência dos outros, portanto, o padrão atribucional feminino tem-se revelado ameaçador para a sua auto-estima.

Então como explicar estes resultados? Parece-nos que o facto de homens e mulheres estarem em estabelecimentos prisionais diferentes poderá implicar que, no caso de um estabelecimento prisional feminino, sendo as reclusas todas do mesmo sexo, ocorra um esbatimento das diferenças de estatuto e de poder vivenciadas noutros contextos sociais, exibindo os dois sexos níveis semelhantes de abandono aprendido em contexto prisional.

3.4.2. EM FUNÇÃO DA IDADE

No que se refere à variável idade, também não se observam diferenças significativas no abandono aprendido ($F = 0,26, gl = 3, p < 0,89$), o que contraria estudos anteriores.

Lima Santos, Ribeiro e Faria (2003) encontram diferenças significativas em função da idade, pois as pessoas mais idosas apresentam níveis mais elevados de abandono aprendido, talvez pelo facto de vivermos numa sociedade que torna os idosos dependentes, o que leva estes a perderem o controlo das suas vidas e, conseqüentemente, a experimentarem sentimentos de incontrolabilidade.

Deste modo, talvez o abandono aprendido, em contexto de reclusão, se instale em qualquer idade, já que todos os reclusos se encontram nesta situação contra a sua própria vontade. Assim sendo, a situação de reclusão poderá assumir contornos de incontrolabilidade, independentemente da idade. Mais ainda, os estudos de Gonçalves (2002) sobre adaptação à prisão, revelam que quanto mais velho for o recluso melhor adaptado está ao estabelecimento prisional, pelo que a necessidade de adaptação ao sistema prisional pode ser um factor importante na justificação destes resultados.

3.4.3. EM FUNÇÃO DO NÍVEL SÓCIO-ECONÓMICO

Em relação ao NSE, os resultados da análise de variância indicam diferenças significativas (Quadro 5): as comparações *post-hoc* revelam que os níveis de abandono aprendido são mais baixos nos reclusos que têm um nível sócio-económico mais baixo.

Este resultado pode ficar a dever-se ao facto de que sendo os reclusos de NSE Alto e Médio-alto em número mais reduzido, se torna mais difícil a sua adaptação e é favorecido o seu isolamento, logo, emerge mais facilmente a depressão e o abandono aprendido (Moreira, 1998). Na verdade, geralmente, este tipo de recluso, também com um nível de escolaridade mais elevado, embora se mova melhor dentro do estabelecimento prisional, nomeadamente pela sua facilidade de expressão, parece revelar maiores dificuldades de adaptação ao contexto de reclusão, e às ameaças aí percebidas por si, resultado este que merece ser explorado em estudos posteriores.

3.4.4. EM FUNÇÃO DAS ACTIVIDADES ANTES E DURANTE A RECLUSÃO

Quanto à variável actividades profissionais antes da detenção, os resultados da análise de variância revelam diferenças significativas (Quadro 6): a comparação *post-hoc* indica que os níveis de abandono aprendido são significativamente mais elevados nos reclusos que trabalhavam por conta de outrem antes da detenção, relativamente aos que trabalhavam por conta própria e aos que não tinham qualquer actividade profissional.

Quadro 5 - Análise de variância em função do nível sócio-económico (NSE)

NSE	Alto e Médio-alto (A) N=17	Médio (B) N=25	Médio-baixo (C) N=55	Baixo (D) N=39				
	M - DP	M - DP	M - DP	M - DP	gl	F	p	LSD
Abandono Aprendido	60,6 - 12,02	59,9 - 7,17	54,5 - 10,09	54,3 - 12,41	3	2,89	0,04*	A>B>C>D

* p ≤ 0,05.

Na verdade, quem possuía hábitos de trabalho antes de ser detido revela maior abandono aprendido do que os que não possuíam quaisquer actividades profissionais. Refira-se que Moreira (1998) considera que a relação que os reclusos estabelecem com o seu ofício passa, principalmente, pelo investimento feito antes da sua detenção: assim, o abandono aprendido pode instalar-se mais facilmente nos indivíduos que se vêem privados dos hábitos de trabalho adquiridos anteriormente, levando-os a explicar a realidade através de um padrão atribucional caracterizado por causas internas, estáveis e globais, logo, assumindo que tudo o que lhes acontece de negativo, dentro e fora do estabelecimento prisional, se deve a si próprios e à falta de sorte, verificando-se uma sintomatologia condizente com o seu estado de espírito, nomeadamente a baixa auto-estima, o desinvestimento em todas as actividades, o desânimo e, até, a depressão.

Sintetizando, este quadro pode gerar o desinvestimento na acção, bem como a “desistência cognitiva”, conduzindo o recluso à entrega a cognições negativas e irrelevantes, centradas na sua condição actual, logo, a comparações nefastas para o seu auto-conceito, afastando-o inevitavelmente de pensamentos e de acções significativas e promotoras da sua auto-estima (Chambres, Granier & Marescaux, 2000).

Quadro 6 - Análise de variância em função das actividades profissionais antes da detenção

Actividades Antes da Detenção	Sem Actividades (A) N=30	Trabalho por Conta de Outrem (B) N=51	Trabalho por Conta Própria (C) N=55				
	M - DP	M - DP	M - DP	gl	F	p	LSD
Abandono Aprendido	52,3 - 13,46	59,2 - 9,43	55,5 - 9,86	2	4,08	0,02*	B>C>A

* p ≤ 0,05.

Quanto às actividades durante a reclusão, os resultados da análise de variância (Quadro 7) revelam que existem diferenças significativas, indicando que o nível de abandono aprendido é maior em reclusos que têm uma actividade durante a reclusão, nomeadamente os que trabalham e os que frequentam cursos de formação profissional, comparativamente com os que não têm actividades: estes resultados corroboram os de um estudo de Vieira (1998), que conclui que o recluso é confrontado com a regulação do seu tempo por parte da instituição, o que diminui ainda mais a sua autonomia, levando ao desânimo e à desmotivação, pelo que a adesão dos reclusos a estes programas de intervenção é fraca, pois encaram com desconfiança as actividades, considerando-as desgastantes, não qualificadas nem qualificantes,

de pouca utilidade e de finalidade duvidosa, sendo frequentemente percebidas como acções preparadas pelo e para o sistema prisional, apenas com o objectivo de melhorar o seu ajustamento à prisão.

Em suma, em estudos posteriores, estes resultados devem ser testados e, até, aprofundados, nomeadamente porque parece importante explorar os efeitos da adequação e da interacção entre as actividades anteriores à detenção e as actividades exercidas durante a mesma.

Quadro 7 - Análise de variância em função das actividades durante a detenção

Actividades Durante a Detenção	Instrução Escolar (A) N=46	Formação Profissional (B) N=32	Trabalho (C) N=34	Outros (Sem Actividades) (D) N=24				
	M - DP	M - DP	M - DP	M - DP	gl	F	p	LSD
Abandono Aprendido	56,2 - 10,69	57,4 - 5,71	59,1 - 12,73	50,5 - 11,69	3	3,3	0,02*	A,B,C>D

* $p \leq 0,05$.

4. CONCLUSÃO

Esta investigação fundou-se na convicção e na constatação de que na população prisional pode estar instalado o síndrome do abandono aprendido, circunstância esta que pode afectar a organização das intervenções durante a reclusão e contribuir para o fracasso ao nível da futura reinserção social do recluso.

Assim, o tratamento penitenciário beneficiaria com a promoção da adaptação psicológica do recluso, nomeadamente através da detecção precoce de manifestações de abandono aprendido e do treino de estratégias de *coping*, particularmente a promoção do treino atribucional (Faria & Fontaine, 1995), com a externalização dos fracassos e a atribuição dos eventos negativos a causas temporárias, instáveis e controláveis, integrando o treino atribucional em programas mais vastos de mudança e encarando-o como um meio para uma mudança mais global e estrutural (Faria & Fontaine, 1995), reforçada com o uso de comparações sociais que promovam a auto-estima do recluso (Chambres, Granier & Marescaux, 2000).

Ora, o estudo aqui apresentado procurou, essencialmente, prosseguir a validação da “Escala de Abandono Aprendido”, que revelou bons índices de validade, fidelidade e sensibilidade, no entanto, seria importante investir em estudos mais aprofundados e com amostras mais alargadas do contexto prisional.

Por sua vez, dos estudos de validação empírica – estudos diferenciais – salientamos o facto de não existirem diferenças significativas no abandono aprendido em relação às variáveis sexo e idade, ao contrário do previsto. Estes estudos revelam, ainda, que os reclusos de NSE Alto e Médio-alto apresentam níveis de abandono aprendido superiores, tal como os que desempenhavam actividades antes da detenção e durante a mesma, resultados estes que exigem aprofundamento em estudos posteriores e que demonstram que o abandono aprendido está mais relacionado com a situação psicossocial do recluso do que com a sua situação sócio-económica e sócio-profissional.

Em suma, os resultados encontrados neste estudo corroboram as boas qualidades psicométricas da EAA e vêm contribuir para relançar a discussão em torno da adequação das intervenções em contexto penitenciário e dos factores – nomeadamente oportunidades e ameaças – que o envolvem, salientando-se, aqui, o papel do abandono aprendido neste contexto, a par das suas consequências posteriores, entre as quais se deve destacar o aumento das dificuldades da futura reinserção social dos reclusos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMSON, L. Y., Seligman, M. E. P., e Teasdale, J. D. (1978). Learned helplessness in humans: Critique and reformulation. In: *Journal of Abnormal Psychology*, 87(1), pp. 49-74.
- CHAMBRES, P., Granier, S., e Marescaux, P.-J. (2000). Causal attribution, learned helplessness, and autonomy in job seeking. A typology. In: *European Review of Applied Psychology*, 50(4), pp. 383-392.
- DORES, A. P. (2003). *Prisões na Europa*. Oeiras, Celta.
- FARIA, L. (1990). *Concepções pessoais de inteligência*. Dissertação apresentada para provas de aptidão pedagógica e capacidade científica na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Porto, Edição da autora.
- FARIA, L. (1997). Diferenças de sexo nas atribuições causais: Inconsistências e viés. In: *Análise Psicológica*, 2 (XV), pp. 259-268.
- FARIA, L., e Fontaine, A. M. (1995). Programas de intervenção nas atribuições. In: *Psiquiatria Clínica*, 16, pp. 145-150.
- GONÇALVES, R. A. (2002). *Delinquência, crime e adaptação à prisão*. Lisboa, Quarteto.
- GONÇALVES, R. A., e Vieira, H. (1995). Sobrepopoamento, stress e estratégias de confronto em meio prisional. In: *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 5, pp. 173-207.
- LIMA SANTOS, N., e Ribeiro, H. (1999). *Escala de Abandono Aprendido*. Porto, Edição dos autores.
- LIMA SANTOS, N., Ribeiro, H., e Faria, L. (2002). Adaptação de uma “Escala de Abandono Aprendido” (Learned Helplessness Scale) ao contexto português. In: *Revista de Psiquiatria*, III (3-4), pp. 25-44.
- LIMA SANTOS, N., Ribeiro, H., e Faria, L. (2003). “Abandono Aprendido” e risco psicossocial: Estudo diferencial numa amostra da cidade do Porto. In: *Mente Social*, 6(1 e 2), pp. 75-87.
- MOREIRA, J. J. S. (1998). Suicídio prisional: Um retrato. In: *Temas Penitenciários, Série II*, 1, pp. 17-38.
- NAIDOO, P., e Pretorius, T. (2006). The moderating role of helplessness in rheumatoid arthritis, a chronic disease. In: *Social Behavior and Personality*, 34(2), pp. 103-112.
- PEREIRA, A. (1999). *Guia prático de utilização do SPSS. Análise de dados para ciências sociais e psicologia*. Lisboa, Edições Sílabo.
- PETERSON, C., e Seligman, M. E. (1984). Causal explanations as a risk factor for depression: Theory and evidence. In: *Psychological Review*, 91(3), pp. 347-374.
- QUINLESS, F., e McDermott, M. M. (1988). Development of a measure of learned helplessness. In: *Nursing Research*, 37(1), pp. 11-15.
- STERLING, R. C., Gottheil, E., Weisntein, S. P., Lundy, A., e Serota, C. (1996). Learned helplessness and cocaine dependence. In: *Journal of Addictive Diseases*, 15(2), pp. 13-24.
- TORRES, A. C., e Gomes, M. C. (2002). *Drogas e prisões em Portugal*. Lisboa, CIES do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).
- VIEIRA, H. (1998). Intervenções em meio prisional – Abordagem exploratória. In: *Temas penitenciários, Série II*, 1, pp. 45-54.